

MWANGOLÉ

Jornal Trimestral de Actualidade Angolana

Distribuição Gratuita

Nº 6 - Setembro . Outubro . Novembro 2007 www.embaixadadeangola.org

EDIÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPRENSA DA EMBAIXADA DE ANGOLA EM PORTUGAL



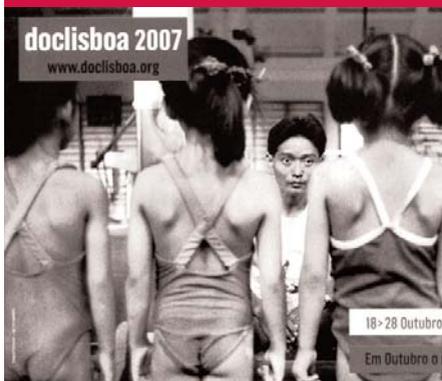
**Caetano de Sousa
explica razões que não
viabilizam voto
no exterior**

Pág. 4



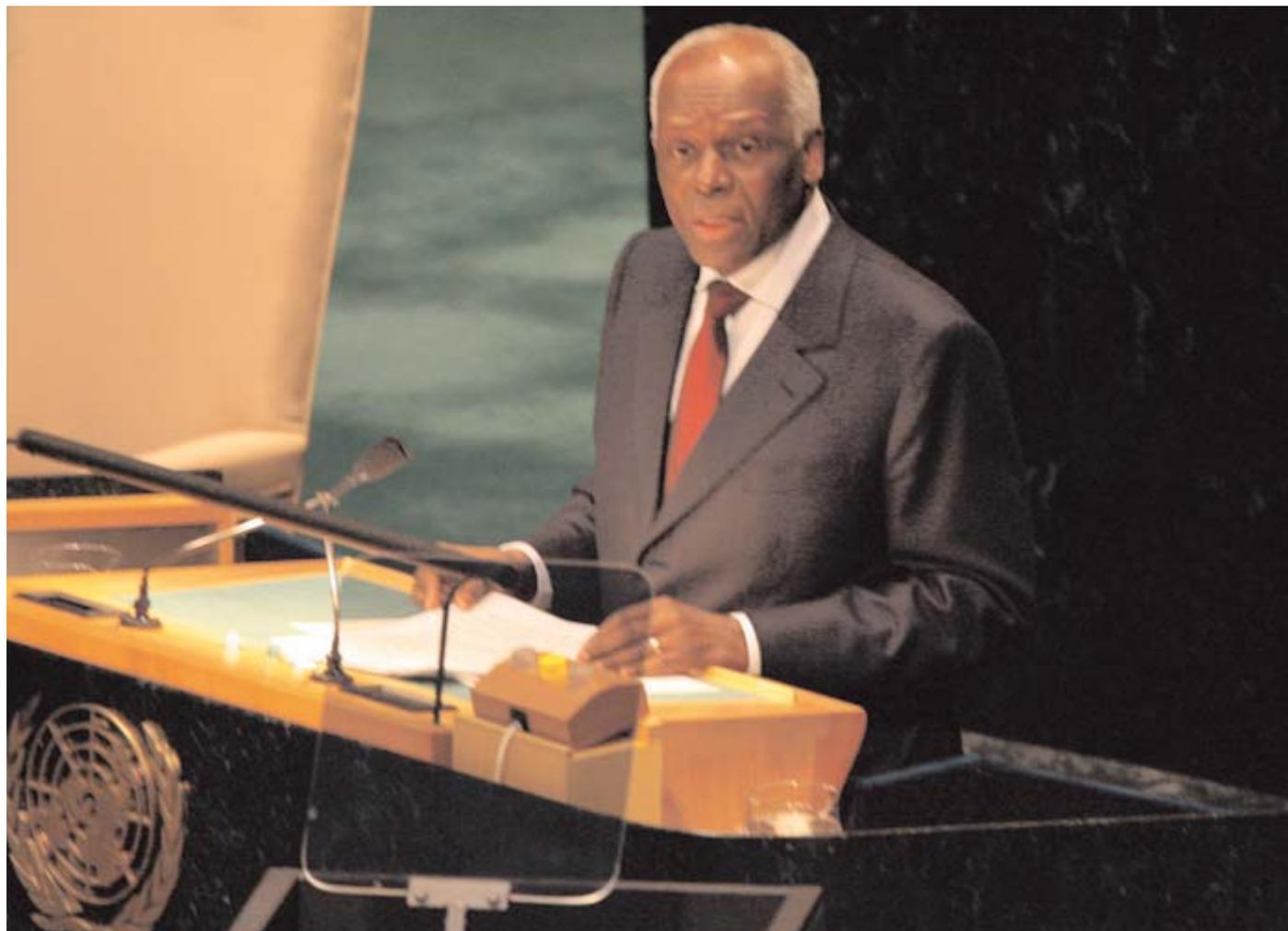
**Ministro
Manuel Rabelais
divulga realidade
angolana em Lisboa**

Pág. 11



Angola no DocLisboa

Pág. 12



Presidente da República encontra-se com homólogos africanos em Nova Iorque

À margem da 62ª sessão da Assembleia-geral das Nações Unidas o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, reuniu-se em separado, em Nova Iorque, com os seus homólogos africanos João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau, Dennis Sassou Nguesso do Congo-Brazzaville e Abdoulaye Wade do Senegal. Os encontros mantidos visaram analisar a cooperação bilateral e a actual conjuntura mundial. Os presidentes John Kufuor do Gana, Laurent Gbagbo da Costa do Marfim, Umaru Musa Yar'dua da Nigéria e Joseph Kabila da RD Congo encontraram-se igualmente com o chefe de Estado angolano. José Eduardo dos Santos deixou Nova Iorque no mesmo dia, de regresso a Luanda, depois

de ter participado na reunião de alto nível sobre as mudanças climáticas, e ter discursado na abertura da 62ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Na sua intervenção, Dos Santos defendeu o fim imediato do embargo económico, comercial e financeiro imposto desde 1962 pelos Estados Unidos da América a Cuba. O chefe de Estado indicou que este embargo ao país que visitou oficialmente, viola os princípios do Direito Internacional e os artigos 1 e 2 da Carta das Nações Unidas. Instou por isso a ONU a pronunciar-se a este respeito, em homenagem a um dos princípios da sua carta que estipula que toda e qualquer acção "deve ser resultado de debate e de decisão colectiva, excluindo o unilateralismo".

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, - anunciou que Angola espera atingir, em 2009, uma produção de cerca de dois milhões de barris/dia, com a entrada em acção de mais campos de exploração. A revelação foi feita durante a terceira Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), decorrida a 18 de Novembro, na capital da Arábia Saudita (Riade).

No seu primeiro discurso num fórum da OPEP, José Eduardo dos Santos revelou ainda que a actual produção de petróleo de Angola é de um milhão e setecentos mil barris por dia e que, no ano de 2009, a produção angolana vai atingir os dois milhões de barris por dia, um nível que se vai manter até 2012, apesar do início da produção em águas profundas só vir a ocorrer em 2010. Com isso "Angola pretende participar, de modo construtivo e activo, com os outros membros da OPEP, na formulação das decisões sobre o abastecimento de petróleo bruto a nível mundial, de forma que haja um equilíbrio entre os interesses dos países produtores e dos países consumidores, contribuindo, também, para a estabilidade do seu preço". José Eduardo dos Santos solicitou o apoio da OPEP para a reconstrução nacional que, como disse, está avaliada em mais de 20 mil milhões de dólares. Criticou o facto de "até hoje nenhum dos países que promoveram a destruição de Angola terem contribuído para a sua reconstrução. Esses países apenas lhe cobram dívidas", disse José Eduardo dos Santos acrescentando que o país enfrenta "um conjunto de desafios resultantes da longa guerra que o assolou e recorreu ao crédito contra garantias reais para ter fundos para a reconstrução", afirmou. O Chefe de Estado apontou a reinserção social, a desminagem, o reassentamento da população deslocada, a construção e recuperação de serviços sociais e de infra-estruturas como prioridade do Governo angolano. Os resulta-



Momento da assinatura dos acordos

Angola assume vice-presidência da OPEP

País produzirá dois milhões de barris de petróleo por dia

dos da aposta do Governo no sector social, de acordo com o Chefe de Estado, somam-se, em 2006, na reabilitação de 1 100 quilómetros de estradas e, até o final do ano em curso, na recuperação de mais de 1 200 quilómetros de estradas e 94 pontes. Foram construídas 112 escolas primárias, sete escolas secundárias, quatro unidades hospitalares centrais e municipais e 32 postos e centros de saúde, para além de outros empreendimentos no domínio da energia, água e habitação. Na referida

Cimeira o Presidente da República anunciou que em 2008 serão construídos cerca de 40 institutos médios politécnicos. "Vamos assegurar que os benefícios da riqueza do petróleo sejam largamente partilhados e que a pobreza e a fome reduzidas e posteriormente banidas", garantiu.

A Cimeira encerrou com a divulgação da "Declaração de Riade", na qual se reiterou o princípio de solidariedade e de defesa dos seus interesses. O documento considera prioridade a contribuição dos países exportadores de petróleo no combate à pobreza e sublinha o compromisso de solidariedade e apoio institucional aos países mais pobres do planeta e de contributo para a protecção do meio ambiente. Os Chefes de Estado manifestaram a sua disposição em contribuir para o equilíbrio e estabilidade no mercado petrolífero, garantir o abastecimento regular do crude, adoptar políticas não discriminatórias nas relações comerciais e tornar disponível a energia a toda a gente.

Refira-se que Angola tornou-se o 12º membro da OPEP desde Novembro de 2006, sendo esta terceira Cimeira em Riade a sua primeira participação em encontros ao mais alto nível. Desde 11 de Novembro de 2006, Angola assume a vice-presidência da OPEP após eleição realizada em Viena (Áustria), sede da Organização.

A cimeira da OPEP reflectiu sobre "economia global, no contexto da globalização", o "futuro do petróleo no processo global de energia", os "mercados de petróleo e de gás nas actuais condições e as futuras pesquisas", a "energia e o meio ambiente - desafios e oportunidades" e ain-



Presidente Dos Santos com veteranos de guerra cubanos

da sobre a "energia e o desenvolvimento sustentável". A 1ª Cimeira da OPEP teve lugar em 1975, em Argel, capital da Argélia, e a 2ª em 2000, em Caracas, Venezuela, um dos países fundadores da organização. À margem da terceira Cimeira da OPEP, José Eduardo dos Santos reuniu-se com os seus homólogos da Nigéria, Umaru Musa Yar'Adua, e da Venezuela, Hugo Chavez, no Palácio Real, em Riade, onde os estadistas abordaram questões de interesse bilateral e de âmbito internacional.

Intensificação e reforço da cooperação

A viagem do Presidente angolano a Riade fez parte de uma intensa digressão que incluiu Cuba e Estados Unidos, onde participou na 62ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, e numa reunião de alto nível relativa às mudanças climáticas como desafio global. O Presidente angolano visitou ainda a Namíbia e Moçambique depois de, em Agosto, ter recebido em Angola o seu homólogo brasileiro, Lula da Silva. Das conversações entre Angola e o Brasil resultou a assinatura de acordos nos mais variados domínios, com destaque para o protocolo de entendimento no domínio das Finanças e outro complementar ao acordo de cooperação económica, científica e técnica, visando a implementação do projecto "Escola para Todos". Foi também rubricado um acordo entre a empresa angolana Sonangol e a brasileira Odebrecht, para o estabelecimento de uma empresa para a produção de bioenergia em Malanje. Este projecto vai render cerca de 250 milhões de dólares nos próximos cinco anos.

Agradecimento a Cuba

Na capital cubana, Havana, onde se deslocou para uma visita de três dias, o Presidente José Eduardo dos Santos enalteceu o contributo dos internacionalistas cubanos na defesa da integridade territorial de Angola. Para ele, as



Na despedida com Raúl Castro

intencões da visita eram a revisão dos moldes de cooperação com Cuba, render homenagem àqueles que deram as suas vidas por Angola e saudar o povo cubano. Num encontro com veteranos de guerra que participaram ao lado dos angolanos nas guerras contra invasões estrangeiras, o Presidente manifestou-se satisfeito pelo facto de angolanos e cubanos terem estado "ombro a ombro" na luta para a conquista da paz. "Foram os combatentes cubanos que, ao lado de angolanos, namibianos e sul-africanos, ajudaram a alterar o panorama político na África Austral" sublinhou, agradecendo a Fidel Castro, que considerou uma pessoa rara e um grande amigo de Angola, que acompanhou Angola "em momentos difíceis da história da humanidade, no tempo da guerra fria e numa altura em que a situação parecia desesperante". No termo da deslocação a Cuba, foram assinados dez acordos de cooperação e memorandos de

entendimento, em Havana, com vista a reforçar as relações económicas, comerciais e aprofundar a amizade e solidariedade entre os dois países e povos. A cerimónia decorreu no Palácio da Revolução, na presença do vice-presidente do Conselho de Estado e do Governo cubano, Raul Castro Ruz. Coube aos ministros das Relações Exteriores de Angola, João Miranda, e dos Negócios Estrangeiros de Cuba, Filipe Perez Roque, rubricarem o Protocolo de Cooperação Complementar ao Convénio de Colaboração, que actualiza os marcos jurídicos assinados em 29 de Julho de 1976. Foram ainda assinados acordos de cooperação no domínio das Obras Públicas, Energia, Ensino Superior e Formação de Quadros, assim como memorandos de entendimento sobre a Saúde, Alfabetização, Hotelaria e Turismo, Desporto e Educação Física. Com o acordo assumido no domínio da Saúde, Angola deverá contar com o concurso de mais médicos cubanos, garantir a formação aos níveis de licenciatura, mestrados e doutoramentos, estando em aberto o fornecimento de medicamentos produzidos naquele país, nomeadamente vacinas. No domínio das Obras Públicas, esperam-se benefícios recíprocos em matérias de produção de materiais de construção, bem como o envio de angolanos a Cuba para a formação em outros níveis e escolas de Cuba. No que se refere a Energia e Águas, Angola espera da cooperação com Cuba a criação de programas para melhorar a prestação de serviços de fornecimento de energia a população e a implementação de programas para a melhoria do abastecimento de água. Prevê-se trazer para Angola técnica para os projectos de captação de água, tendo sido, nesse aspecto, assinado um contrato com a empresa cubana Antex, para reabilitar e modernizar os sistemas de captação, distribuição e abastecimento de água a vila de Xangongo, no Cunene.

À busca de consensos

Depois de Cuba, o Presidente Eduardo dos Santos rumou para Nova Iorque, onde participou na 62ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, e numa reunião de alto nível relativa às mudanças climáticas como desafio global. Aqui, o Presidente apelou para a necessidade de se continuar a aprofundar o estudo e a análise da ameaça que constitui o terrorismo e a busca de consensos cada vez mais alargados sobre respostas colectivas. "O Islão pode coexistir nas sociedades, de modo pacífico, com outros credos religiosos", mas é preciso neutralizar o fanatismo e evitar a islamização do Estado, que contraria a consciência jurídica moderna da Humanidade sobre o Estado secular, referiu o mais alto mandatário angolano. O Presidente Dos Santos adiantou que "é preciso, na nossa opinião, defender a diversidade cultural e tornar mais inclusivo e justo o processo de desenvolvimento político, económico e social; apoiar e estimular todas as forças e movimentos que, nos países onde há predominância do islamismo, defendem a vida moderna, a separação do Estado da religião e os valores e privilégios da cultura universal, consagrada em convenções, cartas e tratados internacionais". Adiantou que a globalização da economia deve ser regulada, de forma a mitigar as assimetrias entre o centro e a periferia do sistema e assegurar as condições para que cada pessoa possa ter os meios necessários para a sua sobrevivência e uma vida digna. Essa regulação deve cuidar, igualmente, das questões ambientais, advogou o Presidente angolano, para quem "há países que passaram por um rápido desenvolvimento industrial sem prestar a devida atenção à protecção do meio". "Outros estão agora numa empreitada idêntica, aumentando a produção do dióxido de carbono e agravando o efeito estufa", referiu, acrescentando "Apoiamos assim a iniciativa do senhor Secretário Geral, nesse sentido, ciente que os países que mais poluem o ambiente devem contribuir com mais recursos para a sua protecção". A agenda incluiu a discussão da necessidade de se pôr fim ao embargo económico imposto pelos Estados Unidos contra

Cuba, tendo o Presidente José Eduardo dos Santos considerado imperioso o fim definitivo do embargo económico, comercial e financeiro a Cuba, pois é uma medida "que viola os princípios do direito internacional e os artigos 1º e 2º da carta da ONU". Em Nova Iorque, José Eduardo dos Santos encontrou-se pela primeira vez com o presidente de França, Nicolas

Sarkozy, e reuniu-se em separado com os seus homólogos africanos: João Bernardo Vieira, da Guiné-Bissau; Dennis Sassou Nguesso, do Congo-Brazzaville; e Abdoulaye Wade, do Senegal. Os presidentes John Kufuor (Gana); Laurent Gbagbo (Costa do Marfim); Umaru Musa Yar'dua (Nigéria) e Joseph Kabila (RD Congo).



Presidente José Eduardo dos Santos em Moçambique

JES confirma "legislativas" para 2008

Depois de uma visita de dois dias à Namíbia, onde os dois Estados reafirmaram e consolidaram as "boas" relações bilaterais, o mais alto mandatário da Nação, que garantiu a realização das eleições legislativas em Angola, entre Maio e Setembro de 2008, esteve em Moçambique, numa visita considerada histórica pelas autoridades moçambicanas. No território Índico, Eduardo dos Santos recebeu a chave da cidade de Maputo, e afirmou, que todos os angolanos que se desloquem a esta cidade para viver, trabalhar ou passear, contribuirão para o reforço da amizade entre os dois povos e para o desenvolvimento de Moçambique. Angola e Moçambique rubricaram nove acordos de cooperação bilateral nos domínios da Ciência e Tecnologia, Geologia e Minas, Petróleos, Comunicação Social, Ensino Superior, Energia, Administração do Território, Pescas e Agricultura, e ainda um memorando de entendimento no domínio da Construção Civil e Obras Públicas.

Por recomendação da Comissão Nacional Eleitoral, a decisão dos angolanos residentes fora do país não puderem votar nas próximas eleições legislativas de 2008 e presidenciais de 2009, foi tomada em meados deste ano, quando o Conselho de Ministros, órgão colegial do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), após uma discussão exaustiva anunciou não existirem condições materiais, nem organizativas que permitam aos angolanos no exterior exercer o seu direito de voto, num pronunciamento feito pelo ministro da Administração do território, Virgílio Fontes Pereira, que é também coordenador da Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral (CIPE).

Falando à imprensa, o governante explicou que "se é verdade que algumas condições materiais podem ser reunidas, e houve um esforço muito grande da parte da CIPE, mandatada pelo governo para tal, o certo é que grande parte dessas condições materiais não podem, neste momento, ser garantidas para que o registo eleitoral se realize no exterior do país".

Fontes Pereira acrescentara que das discussões havidas com vários actores concluiu-se ser difícil que a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e os partidos políticos concorrentes às eleições pudessem promover a supervisão e a fiscalização do processo em todos os países onde se encontram fixados os angolanos, em virtude do grau de dispersão das comunidades angolanas por todo o mundo.

Na sequência desta decisão, e de passagem por Portugal, em Julho deste ano, o presidente da Comissão Nacional Eleitoral, Caetano de Sousa, reuniu-se com a comunidade angolana, onde esclareceu aos presentes, as razões que estiveram na base da não possibilidade do exercício do direito de voto por parte dos cidadãos angolanos residentes no exterior do país. A referida reunião realizou-se na cidade do Porto, onde existe uma grande comunidade angolana, e para onde convergiram muitas centenas de compatriotas angolanos residentes em quase todos os rincões do território português.

Em Novembro, aproveitando a sua nova passagem por terras lusas, Caetano de Sousa voltou a falar para os órgãos de comunicação social, nomeadamente rádios e jornal portugueses, com grande audiência junto da comunidade angolana residente em Portugal.

"É importante lembrar o grau incomensurável das dificuldades dum processo de registo eleitoral, sobretudo para um país emergente de um longo conflito armado e em fase de reconstrução nacional", disse Caetano de Sousa. Evocando esta razão, o também juiz do Tribunal Supremo de Justiça, não desperdiçou a ocasião para esclarecer os motivos que levaram a instituição que representa a recomendar ao governo a tomar tal decisão.

Segundo ele, razões meramente de ordem técnica condicionam a vontade do Governo em ver os angolanos residentes no exterior votar, acrescentando que neste acto eleitoral não será possível a participação dos angolanos no exterior, por a maioria das missões diplomáticas e



Esclarecidas razões que não viabilizam voto no exterior nas eleições de 2008 e 2009

Quais são essas razões?

Falta de condições materiais e organizativas. São razões de ordem técnica, como por exemplo o facto da maioria das missões diplomáticas e consulares no exterior não ter condições de assegurar a participação inclusiva de todos. Existem angolanos em quase todos os países do mundo, e há países onde há um maior fluxo de angolanos, mas que seria uma medida discriminatória dar primazia a uns e não a outros. De qualquer modo a Comissão Nacional Eleitoral recomendou ao governo que faça todos os esforços com vista a criar condições materiais e técnicas em todas as representações diplomáticas e consulares, para que nos próximos processos eleitorais os angolanos residentes no exterior possam participar do seu direito inalienável ao exercício do voto.

consulares angolanas no exterior do país não ter condições que permitam assegurar a participação inclusiva de todos.

Perante este quadro, é importante referir que as dificuldades que os órgãos do Estado encarregue de tratar de questões de natureza eleitoral enfrentam são inúmeras. Não se pode ignorar o facto de todo o processo eleitoral implicar a organização de condições técnicas e humanas, num país completamente destruído pelo conflito armado. Outro aspecto fundamental dum processo desta envergadura tem a ver também com a necessidade de se conduzir acções de formação direccionada de todos os agentes deste processo, incluindo até os representantes da comunicação social que cobrirão o processo, para que o mesmo não seja prejudicado por erros que podem facilmente ser evitados. Segundo as autoridades angolanas, o próximo pleito eleitoral, marcará o início de uma normali-

dade constitucional, há muito condicionada pelos efeitos da guerra.

"É vontade do Governo ver todos os filhos de Angola exercer este direito fundamental. Daí que tudo se fará para que se criem condições objectivas com vista a inclusão de todos, depois deste processo eleitoral".

Qual é a génese da Comissão Nacional Eleitoral?

A CNE é um órgão composto por onze membros, designadamente: dois cidadãos indicados pelo Presidente da República, seis cidadãos designados pela Assembleia Nacional, por maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções, sob proposta dos partidos com assento parlamentar, sendo três pelo partido ou coligação maioritário e três pelo demais partidos ou coligação de partidos, um juiz do Tribunal Supremo eleito pelo Plenário do respectivo Tribunal, um representante

do Ministério da Administração do Território, um membro do Conselho Nacional de Comunicação Social, eleito pelos seus pares.

É um órgão independente e participado que tem a função de coordenar a execução, condução e realização de todas as actividades e operações relativas às eleições, bem como a superintendência e supervisão dos actos de registo eleitoral.

O que faz a Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral?

A CIPE - Comissão Interministerial para o Processo Eleitoral é um órgão administrativo que visa assegurar a preparação das condições técnico-materiais e administrativas para a organização e a realização das segundas eleições gerais em Angola, no quadro das responsabilidades próprias do Governo.

Vladimir Prata

MWANGOLÉ . Fotos RICMÍDIA

A reabilitação dos Caminhos-de-Ferro de Angola é um dos grandes desafios que o Governo Central está a enfrentar visando o rápido desenvolvimento económico do país e a melhoria de vida das populações. Com financiamentos do Fundo Internacional da China (CIF, sigla inglesa), neste momento estão a ser realizadas obras de recuperação desta importante via de comunicação que foi quase totalmente destruída durante o longo período de guerra.

São, no total, 2.532 quilómetros de linha-férrea. Uma rede que inclui o Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) e o Caminho-de-Ferro do Namibe (CFN). Em algumas zonas, os cidadãos já se voltaram a habituar com o soar do apito do comboio que há muito não se fazia sentir por estas paragens.

No CFL, por exemplo, já se pode observar a circulação do comboio desde a estação do Bungo - nas proximidades do Porto de Luanda - até ao município de Viana e daí até à localidade da Baia, 35 quilómetros a Leste da cidade. Da Baia à estação do Zenza do Itombe, província do Kwanza-Norte, também já estão concluídos os trabalhos.

O projecto reabilitou ainda a linha-férrea do desvio do Zenza ao Dondo, na mesma província, numa extensão de 55 quilómetros. Antes do final de 2007, poderão estar reabilitados mais 215 quilómetros entre o Zenza e Cacuso, e mais 57 quilómetros ente Cacuso e Malanje, perfazendo um total de 480 quilómetros. Ao longo do curso estão a ser erguidas ou reabilitadas 22 pontes, com um total de 680 metros.

O CFB, com um percurso de 1308 quilómetros que vai desde o Porto do Lobito até ao município do Luau, na província do Moxico, tem conhecido também já várias intervenções visando o seu funcionamento para os próximos tempos. Neste momento, mais de 230 quilómetros de caminho estão preparados para o projecto. Foram igualmente demolidos 365 quilómetros de carril usados no passado.

Porém, existem ainda dificuldades decorrentes da necessidade de se desminar algumas áreas. Prevê-se que até ao final deste ano, cerca de 408 quilómetros entre o Bié e o Luena, capital do Moxico, estejam livres de minas para facilitar os trabalhos, e entrem em vigor as obras de fundamento, pontes e túneis. Pretende-se desenvolver, ainda este ano, os trabalhos de montagem da via-férrea.

Quanto ao CFM, com uma extensão de 747 quilómetros que vai do Porto do Namibe até à cidade de Menongue, capital da província do Kuando Kubango, este troço contou já com a preparação de cerca de 440 quilómetros de caminho favorável para as obras, tendo sido demolidos 214 quilómetros de carril usado. O objectivo do projecto é que até



Mais de 2500 quilómetros de linha-férrea serão recuperados



A reabilitação dos Caminhos-de-ferro de Angola é um dos grandes desafios que o Governo Central está a enfrentar visando o rápido desenvolvimento económico do país e a melhoria de vida das populações

ao final de 2007 entrem em vigor as obras de fundamento, pontes e túneis, e se desenvolvam os trabalhos de montagem da via-férrea.

Comboio volta a apitar na província de Malanje

O regresso do comboio à província de Malanje está agendado para breve, depois da sua paralisação durante 13 anos devido ao conflito armado.

A última fase das obras de recuperação e modernização do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), a cargo do grupo empresarial chinês China Railway 20th Cooperation, estão prestes a terminar.

O mês de Novembro foi apontado pelo

Presidente da República, José Eduardo dos Santos, como meta para a concretização deste grande feito, aquando da sua visita às terras da Palanca Negra este ano. Uma das principais linhas-férreas do país, o CFL, fundado, em 1888, com uma extensão de 480 quilómetros, começa o seu percurso na estação do Bungo (nas imediações do Porto de Luanda) e termina na cidade de Malanje. A sua recuperação inclui um desvio de 55 quilómetros do Zenza do Itombe ao ramal do Dondo, província do Kwanza-Norte (a 187 quilómetros de Luanda), onde o comboio, saído da capital do país, já pode chegar. A última fase compreende a reabilitação de mais 215 quilómetros entre o Zenza e Cacuso, e

mais 57 quilómetros ente Cacuso e Malanje. Ao longo do curso estão também a ser erguidas ou reabilitadas 22 pontes, com um total de 680 metros.

A primeira vez que o comboio apitou naquela província aconteceu há cem anos, isto é, em 1907, dezanove anos depois da inauguração do CFL. Foram 85 anos de circulação, até que o mesmo foi forçado a interromper o seu percurso. A esperança, agora, começa a renascer, e o regresso aos carris está para muito breve, graças à parceria com a China, um país do oriente com uma civilização milenar e conhecido também pelos seus tradicionais caminhos-de-ferro. A circulação no referido troço ferroviário vai ser feita sobre pontes, carris, balastros novos e um sistema de comunicação moderno, com uma duração de cinco horas de viagem. Para o ministro dos Transportes, André Luís Brandão, a recuperação deste e de outros caminhos-de-ferro nacionais (de Benguela e do Namibe) vai contribuir para o desenvolvimento económico e para o reassentamento de populações deslocadas, sobretudo nas zonas onde não há circulação rodoviária.

Ex-militares encontram reinserção social nas obras

A recuperação do último segmento do Caminho-de-Ferro de Luanda em direcção a Malanje está a contar com o concurso de ex-militares desmobilizados das Forças Armadas Angolanas. Ao longo do percurso estão centenas de ex-militares que, com os chineses, constituem a força de trabalho que está participar neste projecto. Centenas de trabalhadores ferroviários de todas as localidades por onde o caminho-de-ferro passa vêem, neste trabalho, a sua esperança renovada.

Angolanos ao sul muitos desejam regresso



Marta Rodrigues

MWANGOLÉ . Fotos RICMÍDIA

A gostinho Costa aterriza em Portugal em 1990, de Lisboa vai para Olhão e depois fixa-se em Faro. Tem formação em armador de ferro, passou pelo inevitável trabalho nas obras e é agora projeccionista de cinema em Faro, onde também trabalhou durante dois anos na Companhia de Teatro, fazendo de tudo um pouco.

Este é um dos variados destinos de angolanos que se encontraram com o Mwangolé em Quarteira. Uma calorosa tarde passada ao sul, na Apalgar, Associação de Amizade dos Países de Língua Portuguesa no Algarve (Palop) no Algarve.

Esta associação sem fins lucrativos mas que conta com o apoio da Câmara de Loulé e do Fundo Social Europeu, presta serviços em questões burocráticas, dá formação, especialmente em informática tendo restaurado o espaço do piso inferior para aulas e desenvolve actividades recreativas e culturais.

Constituíram em 1999 a Associação com o objectivo de praticar actos de solidariedade entre os emigrantes dos Palops, sendo os sócios fundadores o Dr. Colaço Canário (do corpo jurídico) e o Dr. Francisco Sales (da formação profissional).

Podemos afirmar que a coisa anda sobre rodas principalmente devido à persistência do seu presidente, Fernando Rocha, que dedica grande parte da sua vida a APALGAR. "Chego a ir a Lisboa duas vezes por mês", desabafa. Ele acaba por desempenhar um papel de intermediário entre os angolanos e os serviços consulares: recolhe a documentação, ajuda o pessoal em tudo o que respeita a burocracia, e lá segue a caminho de Lisboa, rumo ao Consulado de Angola.

A deslocação é cansativa e a distância do Consulado contribui para dificuldades na resolução dos problemas dos angolanos no Algarve. Todos desejam que volte a haver um consulado de Angola no Algarve (já houve até 1992) uma vez que a comunidade na região já chega aos 10 mil habitantes.

A Apalgar dispõe-se a ajudar em todo o processo de abertura do Consulado, desde a recolha de assinaturas

até à gestão do mesmo. Afinal a Associação já presta muitos desses serviços de forma indirecta. Em Março durante um encontro de angolanos na diáspora com o ministro angolano das Relações Exteriores, João Miranda, na Universidade Lusófona em Lisboa para se discutir esta e outras questões os representantes dos angolanos no Algarve estiveram presentes.

Mário Castro, que é supervisor numa empresa de segurança em Albufeira, foi um dos angolanos que lá se dirigiu. Solicitou, com outros representantes da diáspora, além da dita abertura de um consulado de Angola no Algarve, a tomada de acções no que toca a ter acesso aos serviços portugueses como a segurança social e sistema de saúde. Uma outra urgência é a regularização da situação de milhares de adultos desprovidos de qualquer documento de identificação: "há que resolver a situação dos ilegais a quem é vedado o direito de cidadania", consciencializa Mário Castro.

Quarteira é a cidade Algarvia onde estão concentrados a maioria dos imigrantes angolanos.

A diáspora algarvia defendeu no encontro, o estabelecimento de um acordo de extradição em relação aos angolanos que se encontram presos em Portugal, para cumprirem o resto das suas penas no país de origem.

Estes angolanos sentem saudades de Angola, ainda muito presente no seu coração e cabeça. Reúnem-se regularmente em torno de uma mesa de restaurante e recordam histórias da banda, não perdem o sotaque festivo, os gestos alargados e fraternos, a gargalhada sonora. Bernardino Rodrigues e Manuel Baptista do núcleo de Olhão, o senhor Henrique Tenreiro de Benguela que faz as honras do café para convívio, Carlos Sousa Júnior, nascido em Porto Alexandre (hoje Tombua), com a sua experiência de pesca aprendida no Namibe.

Deparamo-nos com rostos e vozes de angolanos que escolheram o clima algarvio, a proximidade do mar, para refazer a sua vida. Já cá vivem há muitos anos, uns deixaram a "banda" logo após a independência, outros, há pouco mais de uma década, foram vindo em vários momentos dos conflitos da guerra civil. Angolanos brancos, negros e mestiços, para bem representar a multiculturalidade do país. Em todos o desejo presente de regressar à terra onde nasceram. E se estes ventos de crescimento económico trouxerem oportunidades de trabalho, para muitos o regresso é certo.

A Apalgar tem sido um bom ponto de encontro, não só para a resolução de problemas como para o convívio e actividades culturais, mantendo viva a relação com elementos da identidade cultural dos países de língua portuguesa. Fernando Rocha explica que já contam com uma equipa de futebol, um grupo de dança, organizaram um desfile de trajes e participaram no Carnaval de Loulé. Tratam das comemorações do dia de África (25 de Maio), em Julho já vão para o 7^a ano do Festáfrica, em Novembro encerram as festividades da Independência de Angola, organizam debates e nunca esquecem a música. Muitos músicos e cantores angolanos já os vieram visitar. Não faltam os nomes sonantes: Waldemar Bastos, Neusa, Irmãos Verdade, D. Kikas, Bonga, Carlos Lamartine e Paulo Flores. Momentos de decompressão e alegria que fazem o contraponto com a vida difícil e lutadora que todos levam. Calorosamente recebidos para ouvir as histórias de cada um e da associação, descobrimos um imenso interesse pela cultura e acontecimentos angolanos e é positivo que no mapa do país se descentralizem os poderes e se tornem mais funcionais os meios de fixação da cultura angolana, fazendo do Algarve um ponto de referência incontornável.



A Sede da APALGAR



A voz angolana da rádio algarvia

É a voz angolana na rádio algarvia, a voz do Algarve na rádio portuguesa: Editor informativo no Rádio Clube do Sul, correspondente da Rádio Renascença no Sul, Gastão Nunes é uma das figuras de maior destaque na comunidade angolana no Algarve.

Aos vinte anos, em 1981, veio do Lobito directamente para Faro, onde continuou a estudar. Quatro anos depois, ainda estudante, experimentou os microfones, com a equipa de desporto da Rádio Restauração, em Olhão. Eram os anos gloriosos das rádios locais e ainda hoje o desporto, o relato ao vivo, se mantém uma paixão. Nos estádios, além dos apoiantes dos dois clubes há sempre uma outra claque, a que apoia o Gastão. Esta experiência transformou-se desde o primeiro dia para algo que Gastão quereria fazer durante o resto da sua vida. Acabou por se profissionalizar como jornalista. Depois de efémeras passagens por outras rádios, e pela imprensa,

desembarcou no Rádio Clube do Sul, onde ainda hoje trabalha e é cooperante, como jornalista e editor de informação. A seguir ao desporto, a música seria a segunda área de eleição. Teve um programa de música africana e actualmente tem na Rádio Clube do Sul, o programa "Saudade", domingo de manhã, das 10 às 13 à hora de um debate na RDP África. Com o correr do tempo a informação foi suplantando as outras áreas. Jornalista primeiro e mais tarde editor informativo, desde 2004 é também o correspondente da Rádio Renascença no Algarve. Hoje Gastão é o repórter que está em todo o lado, na abundância ou na ausência de informações, dos incêndios de 2003 ao caso "Maddie". Com audiência nacional e um enorme desgaste físico. Sócio fundador da Apalgar, e um entusiasta das associações africanas no Algarve, cujo trabalho divulga e promove. E, ausente de Angola desde os vinte anos, tem uma enorme curiosidade em voltar para ver a terra e os amigos, já no próximo ano, espera. E quanto ao regresso definitivo, diz: "É uma porta que nunca será fechada".

Jorge Ramos

...Um Algarve mais angolano

Um pouco espalhados pelo território português, os angolanos, vão-se encontrando, aqui e acolá, com destaque para maiores concentrações urbanas como Lisboa e arredores. Porém, o Algarve, de Lagos até Faro, passando por localidades como Portimão, Vilamoura, Loulé e Quarteira, Olhão, Boliqueime, São Brás de Alportel, é onde vamos encontrar um ambiente de tons tropicais, cuja população é em grande parte originária dos países africanos de expressão portuguesa.

Não é difícil encontrar pelas ruas destas povoações gente a falar crioulo de Cabo Verde, da Guiné, de São Tomé, ou até mesmo escutar o doce e característico sotaque do falar português proveniente de Moçambique ou mesmo de Angola.

Há 33 anos, o 25 de Abril e o desencontro político que degenerou em guerras ou conflitos nos territórios deixados por Portugal deram motivo à saída, exílio, afastamento, emigração, como resultado da insatisfação, insegurança ou até falta de realização profissional para muitas centenas de milhares de pessoas, entre as quais muitos angolanos.

Assim fazem parte integrante da população algarvia mais de uma dezena de milhares de angolanos, dos que constam no registo mas outras estatísticas indicam que são cerca de 15 mil os angolanos residentes ao longo da orla entre o Barlavento e Sotavento algarvio. Muitos se dedicam ao desporto profissional como futebol e artes marciais; mas há angolanos jornalistas, empregados de hotelaria, empresários, autarcas, advogados, músicos, regentes agrícolas, engenheiros com especialidades únicas, como Eduíno Carruela, engenheiro-químico, formado em Inglaterra na área especial de engenharia de cimentos. Outros não menos realizados a nível profissional, podemos encontrar nas pescas, como a Mutualista de Pescadores de Quarteira, uma emblemática associação organizada a rigor por gente de Benguela habituada a estas coisas do mar, esperançados em largar as suas redes nos mares de Angola e poder exportar para a terra natal a sua experiência e aí obter naturalmente os mesmos resultados positivos que têm obtido nos mares algarvios.

Nas datas festivas os angolanos residentes no Algarve realizam eventos de alto nível na organização, na pedagogia transmitida às populações locais que hoje, mais do que nunca, aprendem a conhecer também os que vêm de outras paragens e re-



Fernando Rocha
Presidente da Junta
de Freguesia de Quarteira
e da APALGAR

presentam novos valores para a multiculturalidade. Loulé, Quarteira, Portimão, Olhão e Faro costumam ser pontos de referência onde se disputam grandes manifestações culturais e desportivas, onde o lazer de influência angolana é sem dúvida muito evidente. Em Quarteira, o incansável Fernando Rocha é fundador da associação APALGAR, autarca da freguesia local, natural de Benguela e um angolano exemplar nas causas que defende, persistente e atento à realidade da mistura de culturas para a qual foi um dos primeiros a despertar. Rocha criou ligações entre a Embaixada em Lisboa e a população angolana residente no Algarve, ajudou a regularizar a situação de muitos angolanos que nem documentos tinham, sempre sem olhar a quem, cativando inclusivamente portugueses para a sua causa e fazendo-se respeitar perante a comunidade.

O Algarve precisa com urgência de uma representação consular, instituição que existiu em tempos mas que porém, na época, não deu resultado, já que se transformou de maneira natural num cantinho de Portugal que é dos mais angolanos, senão o mais angolanizado, com pessoas que querem ser descobertas e acarinhadas pela pátria sedentos e saudosos de sentir o calor da sua terra.

Até os nascidos em Portugal, a segunda geração de angolanos algarvios, esperam ansiosos um dia conhecer a terra, pois quase conhecem de tanto escutar dos pais e os mais velhos a contar.

Veladimir Romano

Textos Ricmídia

MWANGOLÉ . Fotos RICMÍDIA

A realidade concreta do país impõe a urgência do estabelecimento de uma política de protecção social que auxilie a redistribuição dos rendimentos, de forma a contribuir para eliminar a precariedade e reduzir as consequências sociais negativas de longos anos de guerra, ao mesmo tempo que ajuda a gerar novos estímulos ao desenvolvimento.

O Governo definiu como prioridade a modernização, normalização e organização do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) através de tecnologias modernas de informação e de gestão, bem como de valorização, motivação e formação dos recursos humanos do INSS.

O Plano de Modernização e Desenvolvimento Institucional (PMDI) visa o estabelecimento de uma nova cultura organizacional e actua em todas as áreas do Instituto, abrangendo a identificação, padronização, revisão e automatização dos processos, bem como a valorização, motivação e formação do pessoal do INSS assim como a melhoria contínua no atendimento aos Cidadãos. Começando por bancarizar as contas de todos os pensionistas do Estado, o INSS persegue a garantia de respeito e efectiva protecção dos direitos dos trabalhadores. Para tal utiliza tecnologias de informação avançadas na gestão e na documentação das operações, segurança das informações, controlos financeiros e análises actuariais que aforcem a continuidade da Protecção Social Obrigatória, propondo o estabelecimento de uma política assente no princípio da solidariedade com carácter comutativo.

Solidariedade de grupo

Em Angola, de acordo com a lei nº7 / 04 de 15 de Outubro, a Protecção Social Obrigatória pressupõe a solidariedade de grupo de carácter comutativo e assenta numa lógica de seguro sendo financiada através de contribuições de trabalhadores e das entidades empregadoras.

O Instituto Nacional de Segurança Social, tem vindo a arrecadar desde 1992 contribuições para o financiamento da Protecção Social Obrigatória dos contribuintes (entidades empregadoras e trabalhadores) deste nível de protecção social de cariz contributivo.

Só beneficia das prestações e benefícios do INSS, quem de facto contribui, ou que tenha a densidade contributiva especificada para as modalidades de prestações geridas pelo Instituto, designadamente, subsídio de maternidade, de aleitamento, abono de família, pensão de reforma por velhice, invalidez, abono de velhice, pensão de sobrevivência e subsídios por morte e de funeral.

Durante a vigência da lei nº 18 / 90 de 27 de Outubro colheram-se experiências,



A modernização das dependências do INSS nas 18 províncias do país tem sido uma prioridade

Protecção Social obrigatória em Angola

amadureceram-se ideias e surgiram novos desafios que recomendam o aperfeiçoamento do actual sistema de Segurança Social em todas as suas vertentes.

Tendo em conta o baixíssimo índice de trabalhadores inscritos, cerca de 2,7% da população total e 5% da população economicamente activa, dos quais 45% estão em Luanda, o Ministério da

Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) apostou na consciencialização de que o Instituto, ainda desconhecido para muitos, constitui o único apoio que a população pode ter para uma reforma na velhice, em eventuais infortúnios, bem como em momentos significativos como o nascimento de filhos. Pretende-se dar a con-

hecer amplamente os custos, que em Angola ainda são mínimos, para que os trabalhadores estejam incluídos nesta importante rede social.

O INSS está nas 18 províncias do país

A informatização é já um facto nas Agências do INSS de Benguela, Lobito, Cunene, Malange, Huíla, Bengo, Cabinda, Soyo, Namibe e Kwanza Sul. Estão em fase de informatização as administrações da Lunda Norte, Kwanza Norte, Lunda Sul, Kuando Kubango, Moxico e Huambo.

O MAPESS está a realizar, desde o início do ano, em Luanda e nas províncias, uma série de seminários técnicos sobre a Protecção Social Obrigatória, cujo objectivo é sensibilizar e divulgar as normas e instrumentos que a regulam junto dos representantes do sector público, administrativo, empresarial e dos parceiros sociais do Governo.

A gestão contabilística e financeira, bem como os novos procedimentos que as empresas devem adoptar para se enquadrarem no novo "Sistema de Folha de Remunerações" a partir do site do Instituto (www.inss.gv.ao) são igualmente temas a analisar no âmbito da dos seminários e campanhas do INSS.



Empregadores e trabalhadores têm acompanhado com interesse os seminários do MAPESS sobre a lei de Segurança Social em Angola.

Campanhas de sensibilização

A não identificação dos trabalhadores não ajuda a sua inclusão no mercado formal, assim como não permite uma relação formal com as empresas, o que inibe a acção fiscalizadora do Estado, considerando os altos índices de informalidade nas relações do trabalho, a ausência e o desinteresse dos empregadores em se incluírem no sistema de protecção social obrigatória. Estas atitudes são em muito motivadas pela falta de informação e da cultura empresarial existente, o Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social está a desenvolver um trabalho de sensibilização e reeducação da população e das entidades empregadoras angolanas.

A preocupação da direcção do MAPESS e do INSS em fornecer informações explicando à população sobre os benefícios da inclusão dos trabalhadores nesta rede de protecção, recorrendo aos jornais, rádios e televisão, constitui uma aposta para chegar de forma mais célere e directa aos trabalhadores e empregadores de todo país. As campanhas estendem-se aos mais longínquos municípios de Angola e estabelecem um marco de credibilidade e aceitabilidade das políticas e medidas estabelecidas.

Controle real

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) tem controlados 521.930 segurados e 65.832 pensionistas, cifra que pretende multiplicar nos próximos tempos com o aumento da prevenção e combate à evasão contributiva e vinculativa das empresas sujeitas à relação jurídico-laboral.

O projecto de novas inscrições a decorrer em todo país, e de acordo com o Director Executivo do Plano de Modernização do Instituto, Manuel Moreira de Jesus, possibilitará a vinculação ao sistema permitindo ao INSS a criação e manutenção de uma base de dados actualizada.

Os inscritos receberão os novos cartões da Segurança Social. "Será possível a elaboração de novas bases de dados para constatação dos elementos necessários para a contribuição e posterior benefício, bem como o número real de pensionistas" - disse Manuel de Jesus, acrescentando que o Instituto almeja fazer um levantamento dos empregadores sem qualquer vínculo de inscrição ou registo, daqueles que têm contribuições em atraso, regularizar as dívidas provenientes dos atrasos e do incumprimento da obrigação contributiva e ter maior controlo da fiscalização, bem como fornecer informações correctas para o desenvolvimento de estudos técnicos de actualizações financeiras.

Segundo o responsável, "serão atribuídos cartões às unidades empregadoras e aos empregados a partir do momento em que se inscrevem. As multas vão de três a seis salários com base no salário médio mensal praticado pela empresa" referiu o director do PMDI. As entidades empregadoras ou contribuintes que não cumpram com a lei incorrem na prática de contravenções puníveis com as



Manuel de Jesus Moreira, director do PMDI ao microfone da repórter Nikky Menezes da televisão pública de Angola

seguintes multas: multa de 3 a 6 vezes o salário médio mensal praticado na empresa para os que não cumprirem a obrigação da inscrição. Os que não enviam a folha de remunerações ao INSS e a liquidação da respectiva contribuição no prazo estabelecido, pagarão uma multa equivalente de 1 a 6 vezes o salário médio mensal praticado na empresa.

A omissão da inscrição do trabalhador, assim como a não inclusão do mesmo na folha de remunerações ou uma declaração fraudulenta constitui contravenção punível com a multa de 3 a 6 vezes o salário médio mensal, a retenção indevida do valor relativo ao desconto da remuneração do trabalhador, é punível com a multa de 4 a 6 vezes o salário médio mensal. O sistema de registo de remunerações aplicará automaticamente as respectivas multas pelo valor mínimo, sem necessidade de quaisquer formalidades quando a liquidação do valor da contribuição não ocorrer no prazo estabelecido.

Novas inscrições e discussão sobre as contribuições

O MAPESS procedeu no início de Outubro ao lançamento de um programa que visa a nova inscrição de trabalhadores e empresas, prevendo registar mais de um milhão e meio de trabalhadores de empresas públicas e privadas.

O programa compreende a entrega e recepção de envelopes contendo um CD para identificação e inscrição das empresas e empregados que desta forma serão integrados no sistema de Protecção Social Obrigatória. Para este trabalho o INSS conta com uma vasta equipa e com o apoio dos seus parceiros sociais, nomeadamente o Governo, o Banco de Poupança e Crédito, os Correios de Angola e o INEFOP (Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional).

O processo de inscrição, cujo desafio foi lançado no início de Outubro, regista já uma grande adesão dos trabalhadores e

empresas que pretendem regularizar a sua situação. A inscrição abrange todo o trabalhador e empresas privadas ou estatais, nos diferentes regimes contratuais ou seja colaboradores eventuais, em part-time, ou efectivos. Desde que o empregado possua vínculo contratual com a empresa, deve descontar para a Segurança Social. Os indivíduos com mais de um emprego, independentemente do vínculo laboral que possuam, deverão sofrer descontos (3%) em cada um dos seus salários, assegurando assim o futuro e de outros pois um dos seus proventos irá beneficiar alguém, daí a bandeira da solidariedade hasteada pelo INSS.

Através das rádios, jornais, televisão, distribuição de folhetos explicativos, e contando com os serviços de uma central de atendimento telefónico apta a responder todas as perguntas dos trabalhadores segurados pelo INSS, empregadores e demais interessados, o MAPESS pretende levantar o questionamento acerca da obrigação de contribuir, fazendo com que os empregadores sejam directamente pressionados pelos trabalhadores e pelos sindicatos.

Por outro lado, o Instituto realizou em Luanda um Seminário Internacional para apresentar e discutir a actual situação das pensões sociais obrigatórias, fomentar a troca de conhecimentos sobre alguns sistemas de segurança social no mundo bem como analisar propostas para o estabelecimento dos limites das pensões.

Foram discutidos, com consultores de Portugal, Brasil e Espanha, responsáveis de empresas públicas e privadas, de organismos da Direcção Central do Estado temas como "O regime jurídico das prestações sociais", "A gestão dos regimes complementares", "As pensões de reforma em Angola e a Sustentabilidade Financeira da Protecção Social obrigatória".

www.inss.gv.ao



O programa compreende a entrega e recepção de envelopes contendo um CD para identificação e inscrição das empresas e empregados



Embaixada de Angola festeja 32 anos de independência

A tenda do Centro Cultural de Belém foi o palco escolhido pela Embaixada de Angola em Portugal para assinalar os 32 anos da Independência, tendo-se mais uma vez cumprido um programa de actividades sociais e culturais.

Na noite de 12 de Novembro, o CCB acolheu um cocktail seguido de um jantar de típica gastronomia angolana. Na ocasião, o embaixador de Angola em Portugal, Assunção dos Anjos, afirmou: "O país registou na sua história, várias etapas difíceis, felizmente ultrapassadas, como fruto do diálogo entre os próprios angolanos, pressupostos que possibilitam ao Governo construir um país baseado no respeito das liberdades fundamentais, nomeadamente, a tolerância, o respeito à diferença, a criação de uma sociedade inclusiva, democrática e próspera para todos os filhos da nação, de Cabinda ao Cunene, bem como a criação de um ambiente propício para os investidores". Os artistas Yuri da Cunha, Mister Jack, Garimpeiros, Balett Tradicional Kilandukilu e outras vozes da música angolana abrilhantaram a festa da

Independência. Ainda no quadro das celebrações, o jurista angolano Joaquim Marques de Oliveira procedeu ao lançamento, no Auditório da Fundação Cidade de Lisboa, da obra literária intitulada *Subsídios para o Estudo da Delimitação e Jurisdição dos Espaços Marítimos em Angola*, resultante da sua tese de doutoramento. No mesmo âmbito, a escritora e antropóloga angolana, Rosa Melo, lançou a obra *Homem é Homem, Mulher é Sapo*, numa cerimónia que decorreu na Livraria Bullhosa, na capital portuguesa.

No CCB exibiram-se quadros de artistas plásticos como Ana Silva, António Magina, Dília Samarth, Filomena Cosquenão, João Inglês e Verónica Castro.

O pequeno auditório do CCB foi ainda palco de uma mostra denominada, "3ª Mostra de Cinema Angolano" em que se exibiram dois filmes: *O Ritmo do Ngola Ritmos*, que narra parte da história do agrupamento musical Ngola Ritmos, génese do movimento nacionalista angolano, e um documentário dedicado aos povos do sul do país, *Mucubal e Muchimba*.

Fotos Rute Matchabe





Ministro Manuel Rabelais divulga realidade angolana em Lisboa



O ministro da Comunicação Social, Manuel Rabelais, deu a conhecer em Lisboa, aos jornalistas naturais de Angola a trabalharem em Portugal, a realidade económica, social e política, bem como o processo de reconstrução nacional em curso em Angola. Durante a sua estada em Portugal, o governante angolano foi recebido pelo ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, com quem passou em revista o relacionamento entre os dois países no domínio da comunicação social. Acompanhado pelos directores-gerais dos órgãos de informação públicos e funcionários do seu Ministério, Manuel Rabelais visitou o Gabinete para a Comunicação Social, que tem como missão coadjuvar o governo no estabelecimento de políticas para o sector. A delegação manteve encontros com as administrações da RTP, RDP, Agência LUSA, centro protocolar de formação de jornalistas e com a empresa Tobis, com os quais foram perspectivadas futuras formas de cooperação. Os jornalistas manifestaram a disponibilidade de colaborar com o Governo no desenvolvimento da comunicação social no país. Para David Borges, este encontro vai ajudar a passar na imprensa portuguesa mais informações sobre Angola. "As preocupações dos jornalistas em Portugal vão no sentido de se criarem bases que permitam um melhor conhecimento da realidade angolana, uma vez que na imprensa portuguesa, excluindo notícias sobre desgraça, fome, miséria, praticamente não há informação angolana". O jornalista acredita que tais encontros poderão permitir que haja mais sensibilidade por parte de quem dirige editorialmente a comunicação social portuguesa, no sentido de se reflectir mais, por exemplo, sobre o enorme crescimento económico de Angola.



O DocLisboa destacou Angola com duas sessões especiais. A divulgação do documentário angolano incentiva o conhecimento das imagens e realidades de um país cheio de histórias que a câmara immortaliza. Foram muitos os curiosos que assistiram a estas sessões e que debateram o cinema angolano.

Marta Rodrigues

É verdade que Angola tem tradição cinematográfica de documentário. Se na época colonial a atracção pelo "exotismo" das paisagens, povos e costumes pautava o registo das imagens gloriosas do império português em África, também houve cinema de intervenção, desaguado na independência da República. Documentaristas entusiastas acompanhavam a mobilização popular, diagnosticavam a condição dos trabalhadores, as actividades políticas, as alfabetizações, as mobilizações da guerra. Fixaram-se na tela tradições e elegias aos povos de Angola, pois era necessário conhecer e dar a ver o novo país. Destaque-se dois filmes no pós-independência de Ruy Duarte de Carvalho: *Sou Angolano*, *Trabalho com Força* (1975) e *Uma Festa para Viver* (1976). A partir de 1985 a actividade cinematográfica perde desastrosamente o vigor, acentua-se a degradação das infra-estruturas e a desmotivação de realizadores e técnicos no contexto de extrema fragilidade do país, abalado por grandes carências. E o cinema desvanece até à sua quase total inexistência. Recentemente, depois de um longo marasmo, houve quem falasse em renascimento do cinema angolano, na expectativa de dinamização que o êxito internacional dos filmes de ficção *O Herói* (2004) de Zezé Gamboa e *Na Cidade Vazia* (2006) de Maria João Ganga e o desfecho da longa-metragem *O Comboio da Canhoca* de Orlando Fortunato alimentaram. No documentário surgiram obras sobre a Luanda actual, é o caso de Angola, *Saudades de Quem Te Ama* do namibiano Richard Pakleppa, que tem trabalhado na África do Sul, e de *Oxalá cresçam pitangas* de Ondjaki e Kiluanje Liberdade, onde se pressente uma sociedade enérgica a tentar recuperar de traumas e conflitos com muita



doclisboa 2007
www.doclisboa.org

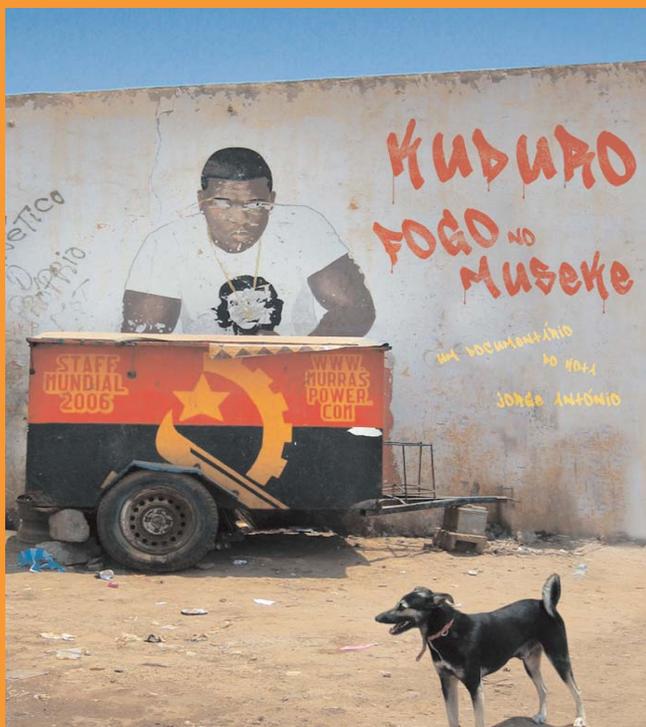
18 > 28 Outubro - Culturgest + Cinema Londres

Em Outubro o mundo inteiro cabe em Lisboa

Angola no DocLisboa revisitação do documentário

ginástica e ironia para equilibrar-se no dia-a-dia. Porém, há todo um caminho de profissionalização a percorrer na reivindicação de uma nova identidade cultural e da qual o documentário pode ser um óptimo veículo, pois uma identidade nova exige novas imagens. E que essas imagens venham de dentro, construindo o seu próprio discurso e questionamento. Apesar do cinema continuar a ser a arte mais dispendiosa, a acessibilidade a novas tecnologias digitais tem possibilitado novos meios de produção, o que, esperamos, facilite o surgimento de novas gerações de realizadores e técnicos nos países africanos. O mais importante agora é que se produzam filmes e se recolham imagens de tão apressadas mutações na sociedade angolana: fixar o que existe, o que se passa, as vivências e frustrações, as entrelinhas das grandes negociações e promessas políticas. Pode ser que o cinema angolano dê o

salto, uma vez que já se está a discutir a lei que o vai regularizar e promover a produção nacional e que se tenta criar públicos, ou melhor, recuperar públicos pois as cidades angolanas sempre foram povoadas por cinéfilos: em qualquer cidade de província ficamos perplexos com a monumentalidade das salas de cinema, muitas ao ar livre. Claro que este florescimento de filmes e exibição só será possível acompanhado pelo desenvolvimento de uma rede de autores/realizadores/produtores, com interacção com as televisões e entidades que apoiem o documentário de criação. É também através de um bom circuito de divulgação que o cinema pode ser motivado. A 8ª edição do DocLisboa, que decorreu em Lisboa nas instalações da Culturgest e cinemas S. Jorge e Londres, teve uma afluência de 30 mil pessoas e exibiu cerca de 150 filmes, o que revela o crescente interesse pelo documentário em Portugal.



Kuduro, Fogo no Museke

Acaba de sair o filme *Kuduro, Fogo no Museke*, rodado em Luanda, do realizador português Jorge António. Este trabalho surge na senda do sucesso do projecto anterior *Angola-Histórias da música popular* já exibido na TPA, RTP e CFI Internacional, e é a segunda parte da sua trilogia sobre música popular angolana. *Kuduro, Fogo no Museke*, debruça-se sobre o fenómeno do Kuduro em Angola e conta com a participação de Dog Murras, SeBem, Tony Amado, Puto Prata, Fofan-

dó, Noite & Dia, entre outros. A estreia do filme decorreu dia 6 de Dezembro na Cinemateca em Lisboa e no dia seguinte no Porto no cinema Passos Manuel. Este filme sairá também em DVD. Em Luanda, o Centro Cultural português irá dedicar em Janeiro uma semana à obra deste cineasta. Poderemos ver ainda *O Miradouro da Lua* (1993) e *"Outras Frases"* (2003) documentário sobre a coreógrafa e investigadora angolana Ana Clara Guerra Marques.

DVD *O Miradouro da Lua*

O filme *O Miradouro da Lua*, 1ª longa-metragem co-produzida entre Portugal e Angola realizada por Jorge António foi finalmente editado em formato DVD. Rodado em Angola em 1992 no período que antecedeu as primeiras eleições, o filme conta com a participação de técnicos e actores angolanos, entre eles José Mena Abrantes, Roberto Talaia, Adelino Caracol, Paulo Xisto e SeBem (na altura com 14 anos). O lançamento em Luanda está previsto para o mês de Janeiro de 2008.

Em parceria com o IACAM (Instituto Angolano de Cinema), Angola foi parte das sessões especiais, exibindo-se filmes que marcaram uma época nestes 30 anos e percorreram várias expressões culturais.

Os angolanos da diáspora e os curiosos pela cultura e história angolanas, que não são poucos, aí se deslocaram para ver e comentar, e a sensação de muitos era de uma descoberta.

Presenciar a atmosfera de convívio na Bicker dos anos 90 onde se empilhavam pratos de peixe frito, obrigatórios para o consumo das cervejas, ouvir memórias de brancos angolanos que nunca saíram do sul do país onde acumulam família e recordações, seguir os movimentos sincopados dos bailarinos da Companhia de Dança Contemporânea de Angola ou a explosão de alegria de um Carnaval popular há muito reprimido, são momentos preciosos que só o cinema nos concede, nessa memória colectiva feita de histórias particulares.

Numa cópia restaurada, o filme etnográfico de António Ole sobre o primeiro Carnaval após a independência, *O Carnaval da Vitória* (1978), transportou-nos para tempos de grande emoção e esperança no futuro versados por Agostinho Neto em "Havemos de voltar". O entusiasmo na preparação dos grupos, a saída dos populares dos musseques e o desfile pela cidade convergem num Carnaval de libertação, cheio de dança e cores. O sentido estético do artista é notório pelo rigor dos planos, montagem e composição plásticas.

Mopiopio (1991) de Zézé Gamboa faz um retrato do quotidiano de Luanda através da música. Durante anos conturbados de guerra e privações, a música e a farra nunca deixaram de ser uma forte presença na vida dos angolanos. E é este lado caótico da cidade que, misturado com a música, ganha intensidade: as declarações de alguns loucos a quem pergunta como vai a vida e que música ouvem, paralelamente às sonoridades de Filipe Mukenga, Nany, Jivago, Elias diá Kamuezo, compõem uma espécie de epifania do caos pela salvação que a música representa. Estes músicos prefazem um ponto de viragem na música angolana que nesta altura estava a abrir-se para novas sonoridades, saindo do nacional cancionetismo. André Mingas e Dom Caetano referem, no filme, a influência mútua da música brasileira e cubana, tão próximas em ritmo e sons. Aliás, o realizador Zézé Gamboa, aquando da apresentação, contou que lhe perguntam várias vezes se viu o *Buena Vista Social Club* para fazer este filme, mas *Mopiopio* é anterior à incursão musical por Cuba de Win Wenders e Ry Cooder. Em *Mopiopio* os sinais datados dos recentes 90s em Luanda, nos cortes de cabelo e nas camisas de enchumacos, nos passos de lambada que os miúdos ensaiam, na diversão nocturna com recolher obrigatório, desvenda-se uma leitura mais transversal em que as dificuldades do quotidiano são ultrapassadas pela catarse musical e a resistência do angolano.

Rostov-Luanda (1997) de Abderrahmane Sissako, célebre realizador de *Bamako*, dá corpo a uma viagem sentimental a Angola à procura de um colega dos tempos de estudante na ex-União Soviética. Nessa deambulação, com a fotografia do amigo como ponto de partida, vai-se deparando com uma série de personagens que dão a conhecer as mais fabulosas histórias. Todos analisam pormenorizadamente a fotografia, fazem vários comentários para concluir depois que não conhecem o misterioso Afonso.

Entramos na intimidade vivencial de cada pessoa abordada, onde há espaço para estas tecerem considerações sobre a história do país através da sua experiência. Sissako filma com uma subtilidade e domínio formal muito comovedores.

Depois de percorrer Angola sem sucesso, o narrador-autor descobre que o amigo nunca regressara a Angola e estava afinal em Berlim. Jorge António, que anunciou a estreia do seu novo filme (2ª parte da trilogia sobre música angolana,



Ana Isabel, organizadora do DocLisboa e os realizadores António Ole e Zézé Gamboa

kuduro - Fogo no Musseque), repôs o *Outras Frases* (2003), que acompanha o percurso artístico da coreógrafa Ana Clara Guerra Marques. É difícil não ficar fascinado pela persistência e criatividade desta artista que aos 16 anos tomou a dianteira da Escola de Dança e em 1991 formou a profissional Companhia de Dança Contemporânea de Angola com a qual coreografou peças muito originais, introduzindo novas formas e conceitos de espectáculo. Percebemos como a dança pode ser um poderoso instrumento de intervenção, e um trabalho interdisciplinar, com participação de escritores e artistas plásticos como Manuel Rui Monteiro, Pepetela, J. Gumbe, Van-Dúnem e A. Ole,

em Angola.

Já António Escudeiro, em *Adeus, até amanhã regressa*, num registo memorialístico, aos lugares de infância como Lobito e Huambo, a sua geografia afectiva.

O autor dedica-se a um retrato saudosista no reencontro com a Angola actual sobreposta à Angola de há 30 anos.

À noite as vozes calorosas de Kalaf e Nástio combinavam com o ambiente intimista do cabaret Maxime onde a poesia de ambos, acompanhada por um contrabaixo, desfiava versos a uma Lisboa que leva a cultura africana no peito, e gosta de se rever e conhecer nas imagens do seu continente de culto.

para pensar a identidade angolana. Assistimos através de imagens de arquivo a fragmentos de espectáculos como *Mea Culpa*; *Palmas, Por Favor!*; *Neste País...*; *Agora não dá!* 'Tou a Bumbar... que mostram o lado irreverente e as soluções criativas da estética da dança contemporânea, com a linguagem próxima da representação teatral.

Ou confrutamo-nos em "A Propósito de Lueji"; "Imagem & Movimento" ou "Uma frase qualquer... & Outras (frases)" com o trabalho de pesquisa sobre danças tradicionais e populares e estatutária de Angola, a partir das quais Ana Clara recria nas peças. Na competição internacional, o filme da realizadora egípcia Jihan El-iahri, intitulado *Cuba, une odyssee africaine*, também nos trouxe um poderoso retrato da presença dos militares cubanos

Amílcar Cabral, segundo António Tomás

O jornalista e antropólogo angolano António Tomás (Luanda, 1973) investigou a vida deste grande líder das lutas independentistas, e escreveu esta sóbria e apelativa biografia, que nos ajuda a compreender as acções e contradições da época de Amílcar Cabral. As estratégias de libertação da Guiné e Cabo Verde, desenhadas pelo dirigente do PAIGC, surgem-nos extremamente ligadas aos movimentos de libertação dos restantes países sob jugo colonial português. O livro contribui para o conhecimento de um manacial de elementos e factos que estão na origem e acompanham a formação do nacionalismo dos países africanos. Ao longo do livro deparamo-nos com muitos outros protagonistas da luta anti-colonial, alguns angolanos como Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, entre outros.

Aconselha-se vivamente às novas gerações a leitura deste livro no qual descobrirão uma referência no homem que pôs em prática a crença panafricanista e morreu sem ver consolidada a sua obra, meses antes da auto-proclamação da Independência da Guiné.

Cabral surge-nos como uma figura emblemática numa biografia trabalhada rigorosamente, bem documentada e imparcial, com uma linguagem viva e acessível. António Tomás trabalhou durante muitos anos neste livro e o resultado é de congratular. Tem colaborado em vários órgãos da imprensa angolana nomeadamente no *Jornal de Angola* e *Angolense*. Começou a sua carreira de jornalista da Rádio Nacional de Angola (1991) e na Agência Angola Press, e mais tarde, a residir em Lisboa, escreveu para o jornal *Público*, onde assinou recensões críticas sobre literatura africana. Membro fundador do Grupo de Teatro Museu do Pau Preto, foi



O FAZEDOR DE UTOPIAS
UMA BIOGRAFIA DE AMÍLCAR CABRAL



ANTÓNIO TOMÁS



autor e co-actor de peças representadas em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente *Museu do Pau Preto* e *Cabral*. Doutorando em antropologia pela Universidade de Columbia, em Nova Iorque, faz neste momento pesquisa em Angola, para uma tese sob o tema: "os efeitos da dolarização no nível de vidas das populações em Angola."

Novo Regime Jurídico dos Estrangeiros

O tema sob epígrafe que proponho abordar - o Regime Jurídico dos Estrangeiros na República de Angola - é actual e actuante, na medida em que estamos perante um mundo cada vez mais globalizante - com as consequências benéficas e funestas que este fenómeno acarreta - onde os fluxos migratórios assumem uma importância de pendor mundial.

O novo regime jurídico dos estrangeiros em Angola, vem confirmar o que já foi afirmado por outros diplomas legais (vg. Lei do Investimento Privado e Lei sobre os Incentivos Fiscais e Aduaneiros ao Investimento Privado), que Angola é neste momento um local bastante atractivo para quem deseja fazer investimentos.

O que aqui pretendemos é apenas referir alguns aspectos que constituem a nosso entender, inovações da nova lei relativamente ao "Ancien Régime". A Lei nº 2/07, publicada no Diário da República de 31 de Agosto, sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros na República de Angola, que relativamente ao anterior regime, constante da Lei nº 3/94, ora expressamente revogada, traz inúmeras inovações.

Com um total de dez capítulos e 125 artigos, é notável a inovação na tipologia de vistos e entrada, contemplando além dos tradicionais, também os vistos diplomático, oficial e consular, bem como o visto de cortesia e o visto territorial.

O diploma vem definir o regime geral dos cidadãos estrangeiros na República de Angola, sem prejuízo do que está estabelecido em leis especiais e Acordos Bilaterais ou Tratados Internacionais de que Angola seja parte. Exclui-se porém do seu âmbito de aplicação os Agentes Diplomáticos, entidades equiparadas e respectivos familiares, que estão sujeitos às normas de direito internacional, designadamente a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas e consulares e os refugiados aos quais se aplica o disposto na Lei nº 8/90. O cidadão estrangeiro goza dos mesmos direitos e garantias e está sujeito aos mesmos deveres que os cidadãos angolanos, com excepção dos direitos políticos e outros direitos e deveres a estes reservados por lei. A lei estabelece um conjunto de deveres a que o cidadão estrangeiro que pretenda permanecer em Angola está adstrito, relativamente aos quais cumpre referir que são meramente exemplificativos, na medida em que quanto a esta matéria vigora o princípio da equiparação. Tendo em conta que, a interdição constitui matéria de peculiar importância, na medida em que mexe com a liberdade das pessoas, a lei fixa taxativamente os órgãos com competência para ordenar a interdição de entrada de cidadãos estrangeiros (*Tribunais, Procuradoria Geral da República, Direcção Nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas, Direcção Nacional de Investigação Criminal*).

Quanto aos vistos consulares, a lei fixa as seguintes categorias: trânsito, turismo, curta duração, ordinário, estudo, tratamento médico, privilegiado, de trabalho, de permanência e de residência. No que tange aos tipos de vistos consulares inovadores constantes da lei, detenhamo-nos nos tipos de vistos (*turismo, privilegiado, de trabalho e autorização de residência*), que julgamos, são de peculiar importância, sem retirar a utilidade dos demais, e porque relativamente a esses, a lei é clara e inequívoca. Uma das inovações do Diploma Legal é a introdução do visto de turismo, válido por um período de 60 dias, para uma ou múltiplas entradas, permitido a permanência no país por um período de até 30 dias, e prorrogável uma única vez por igual período, não permitindo ao seu titular a fixação de residência nem o exercício de qualquer actividade remunerada. É também inovação a categoria do visto privilegiado concedido ao cidadão estrangeiro investidor, representante ou procurador de empresa estrangeira, que se destina a permitir a entrada do seu titular em território nacional para fins de implementação, acompanhamento e execução da proposta de investimento aprovado, nos termos da Lei de Investimento Privado.

O visto privilegiado deverá ser utilizado volvidos 60 dias contados da data da sua concessão e permite ao seu titular múltiplas entradas e uma permanência de até dois anos prorrogáveis por iguais períodos e poderá ainda, se entender, requerer autorização de residência. Este tipo de visto poderá ser requerido no território angolano mediante apresentação de declaração emitida pela ANIP (Agência Nacional do Investimento Privado), e declaração feita pelo interessado, nos termos da qual, se sujeita a respeitar e cumprir as leis angolanas. Este tipo de visto pode adoptar quatro tipos, tendo em conta o montante do investimento, assim teremos: i. visto privilegiado do tipo A, quando o investimento for superior ao equivalente a 50 milhões de dólares, ou quando for feito na zona



Advogado Hélder Bruno da Gama Bento

C de investimento (*nas províncias do Huambo, Bié, Moxico, Kuando Kubango, Kunene, Namibe e Zaire*); ii. visto privilegiado do tipo B, quando o investimento for inferior ao equivalente a USD 50 milhões e superior a USD 15 milhões; iii. Visto privilegiado do tipo C quando o investimento for inferior ao equivalente em USD 15 milhões e superior a USD 5 milhões; iv. Visto privilegiado do tipo D, concedido ao investidor estrangeiro com investimento inferior ao equivalente a USD 5 milhões (importa referir que o montante do investimento deverá ser sempre superior a USD 100.000, atento ao facto de que é o montante mínimo para aprovação de um projecto junto da ANIP).

Aos titulares dos vistos privilegiados do tipo A e B, poderá ser atribuído um cartão de residência do tipo B, válido por 3 anos renováveis por iguais períodos de tempo, semelhante prerrogativa e concedida ao titular do visto privilegiado do tipo C, que poderá obter um cartão de residência temporária de tipo A, válido por um ano renovável. A Lei presta também uma atenção especial ao potencial investidor, a quem poderá ser atribuído um visto de permanência temporário, conforme o investimento, que deverá ser utilizado no prazo de 60 dias, permitindo ao seu titular múltiplas entradas. Os vistos de trabalho, ao contrário da anterior lei, estabelecem-se alguns tipos de vistos: i. *Visto de trabalho de tipo A*, concedido para o exercício de actividade profissional ao serviço de instituição ou empresa pública; ii. *Visto de trabalho de tipo B*, concedido para o exercício de actividade profissional independente, de prestação de serviços, dos desportos e cultura; iii. *Visto de trabalho de tipo C*, concedido para o exercício de actividade profissional a nível do sector petrolífero, mineiro e construção civil; iv. *Visto de trabalho do tipo D*, concedido para o exercício de actividade profissional no sector do comércio, indústria, pescas, marítimo e aeronáutico; v. *Visto de trabalho de tipo E*, concedido para o exercício de actividade no âmbito dos acordos de cooperação; vi. *Visto de trabalho de tipo F*, concedido para o exercício de actividade profissional em qualquer outro sector não previsto nas alíneas anteriores. Para a concessão de visto de trabalho, além das condições gerais previstas por lei, o requerente deverá apresentar: i. Contrato de trabalho ou contrato-promessa de trabalho; ii. Certificado de habilitações literárias e profissionais; iii. Curriculum vitae; iv. Certificado de registo criminal emitido pelas autoridades do país da residência habitual; v. Atestado médico do país e origem; vi. Parecer favorável do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social para os casos de instituições ou empresas públicas ou do órgão de tutela da actividade nos casos de instituições e empresas privadas; os vistos de trabalho devem ser utilizados no prazo de 60 dias, permitindo múltiplas entradas e permanência até ao termo do contrato de trabalho, momento em que a instituição empregadora deverá comunicar à autoridade competente qualquer alteração na duração do contrato.

O visto de trabalho permite ao titular apenas exercer a actividade profissional que justificou a sua concessão e habilita-o a dedicar-se exclusivamente ao serviço da entidade empregadora que o requereu; relativamente aos vistos de trabalho, ponderamos ser relevante que no momento da regulamentação da lei se tivesse em

consideração os estrangeiros contratados em regime de *outsourcing*, ou das Agências de colocação/cedência temporária, na medida em que efectivamente os trabalhadores podem não trabalhar para a entidade que os contratou. O visto para fixação de residência é concedido ao cidadão estrangeiro que pretende fixar residência em Angola, deverá ser utilizado por um período de 60 dias, permite a permanência em Angola por um período de 120 dias, prorrogáveis por iguais períodos de tempo até decisão final do pedido de autorização de residência; durante este período o titular poderá exercer uma actividade profissional remunerada. Para concessão do visto de residência, pede-se os seguintes documentos: i. Declaração do interessado comprometendo-se a respeitar e a cumprir as leis angolanas; ii. Comprovação da existência de meios de subsistência e de condições de alojamento; iii. Confirmação dos objectivos pretendidos com a autorização de residência (para este efeito deverá apresentar extracto de conta bancária correspondente ao valor de USD 15 000,00, salvo se for menor de idade ou de cidadão estrangeiro cônjuge de cidadão angolano); iv. Comprovação da existência de relações familiares com cidadãos nacionais ou estrangeiros residente legalmente no país, mediante declaração assinada por estes; v. Apresentação de certificado criminal emitido pelas autoridades do país de origem ou de residência habitual; vii. Apresentação de atestado médico emitido pelas autoridades sanitárias do país de origem; ix. Apresentação de termo de responsabilidade da pessoa que vai hospedar ou comprovativo de propriedade ou arrendamento de residência. Não obstante a apresentação dos documentos supra indicados, por razões ponderosas podem ser solicitados outros documentos adicionais.

Relativamente à autorização de residência *stricto sensu*, a lei dedica um capítulo em que se considera autorização de residência, e passamos a citar "o acto que habilita o cidadão estrangeiro a residir na República de Angola, mediante atribuição de um título (...)".

A autorização de residência deverá ser requerida pelo interessado ao Serviço de Migração e Estrangeiros (SME), podendo incluir cônjuge e filhos menores ou incapazes que se encontrem legalmente a cargo do requerente.

O SME, para apreciar o pedido de autorização de residência, deve atender aos seguintes critérios cumulativos: i. Estar o cidadão estrangeiro presente no território nacional; ii. Possuir visto válido para fixação de residência; iii. Não ter praticado actos que, se fossem conhecidos pelas autoridades angolanas, teriam obstado a sua entrada no país; iv. Não ter sido condenado em território nacional em pena maior; v. Provar que possui meios de subsistência e condições de alojamento; vi. Haver interesse nacional na autorização da residência.

Se autorizada a residência ao requerente poderá ser-lhe outorgado um cartão de residente do tipo A, B ou Permanente, nas seguintes circunstâncias: o primeiro, será outorgado ao cidadão estrangeiro com autorização de permanência no País, é válido por um ano e renovável por igual período; o do tipo B será outorgado ao cidadão estrangeiro residente no país há mais de 5 anos consecutivos, válido por três anos e renovável por igual período; o cartão de residência permanente, será outorgado ao cidadão estrangeiro residente no país há mais de 10 anos consecutivos, válido por 5 anos e renovável por iguais períodos de tempo. Como não poderia deixar de ser, a nova lei contém normas sancionatórias, classificando as infracções em infracções migratórias e imigração ilegal.

São infracções migratórias: i. a permanência ilegal; ii. A falta de visto de trabalho; iii. a falta de comunicação de alojamento; iv. O estrangeiro indocumentado; v. a falta de renovação do cartão de residência; vi.

A falta de actualização do cartão de residência; vii. O passageiro ou tripulante indocumentado; viii. A falta de comunicação de mudança de domicílio. Relativamente à imigração ilegal, são infracções: i. A promoção e auxílio á entrada ilegal; ii. A utilização de *mão-de-obra-ilegal*; iii. Emprego de estrangeiro ilegal.

Por último, a presente lei estatui que, enquanto não for regulamentada, aplicam-se as normas constantes do regulamento constante do Decreto nº 48/94, de 25 de Novembro, em tudo o que não contrarie o disposto na lei.

Em guisa de conclusão, cumpre-nos referir que a Lei nº 2/07, de 31 de Agosto, estatui uma multiplicidade de soluções e possibilidades para o cidadão estrangeiro que por qualquer razão pretenda deslocar-se a Angola, assim como veio colmatar algumas lacunas, como sendo a insuficiência de abrangência da tipologia dos vistos de entrada para abarcar os vários fins e motivações.

FUTEBOL Girabola-2007

Inter de Luanda finalmente campeão!

Paulo de Jesus . Em Luanda

MWANGOLÉ . Fotos RICMÍDIA

A entrada da última jornada do Girabola, um dado curioso é que duas equipas (o Inter de Luanda e o 1º de Agosto) jogaram com faixas de campeão encomendadas. Uma delas esperava sagrar-se campeã, um caso inédito no futebol nacional. Mas, no final do dia, o sorriso caiu para o clube afecto à Polícia Nacional que tem o seu Estádio 22 de Junho implementado no bairro do Rocha Pinto. Bastou uma vitória de 2-0 ante um acessível Santos FC, confirmando um percurso de 21 jogos consecutivos sem perder, depois de um começo com pé esquerdo. Nesse duro período, vivido pelo Inter nas seis primeiras jornadas do campeonato, muitos adeptos e certos comentaristas desportivos não sugeriam outra coisa que não fosse o afastamento do técnico brasileiro Carlos Mozer, que em Angola inaugurava a sua carreira de treinador principal. Caricadamente, quer o estrelato por si atingido como jogador, no Flamengo, Marselha e Benfica, quer o facto de ter sido "adjunto" de José Mourinho, no União de Leiria e na equipa da Luz, chegaram a não convencer os seus "adversários".

Ao Mozer, que só não seguiu com Mourinho para o FC do Porto por ter sido quase visto como persona non grata por Pinto da Costa, os adeptos angolanos enfurecidos pediam o regresso imediato à capital lusa. Argumentavam que, enquanto treinador, Mozer não servia para nada, juntando o facto do brasileiro nunca antes ter sido técnico principal. Daí todo o tipo de comentário deselegante.

Um jornalista renomado, co-autor de um historial sobre o futebol angolano, quase deixou cair por terra todos os créditos alcançados durante longos anos da sua carreira. Além de defender a saída incondicional de Mozer, chegou a afirmar que o brasileiro escolhera a profissão errada. Para ele, a única solução para o Inter era lutar para não descer, evitando que o seu moderno estádio ficasse inutilizado, porque, e as palavras são suas, "Mozer não sabe treinar". Era um nabo, em linguagem popular angolana. E não foi por acaso que durante os festejos do título, Mozer tenha implicitamente censurado a imprensa local. Foi em tom muito diplomático, porque também estava cons-ciente que a conquista do título caiu como que de um milagre se tratasse. Todos, incluindo a imprensa, a direcção do Inter e até o próprio Mozer terão sido iludidos, pois, mesmo que se tenha visão de



Depois de um embaraçoso início de campeonato, com os óbvios comentários que acusavam a direcção do clube de ter tirado "um incapaz", Carlos Mozer, do desemprego em Portugal para o promover a técnico principal nas suas hostes, o Inter de Luanda dá, pacientemente, a volta à situação e conquista o seu primeiro título. Modesto mas muito bem organizado em termos de infra-estruturas (construiu o seu próprio estádio moderno), este Inter ainda não conseguiu fazer esquecer os velhos tempos, em que pontificavam talentos como Mendinho, Raúl, Quinito, Pedro Afonso, Mingo ou Tubia, comandados quase intercaladamente por Semica ou por Joka Santinho. Era a década dos idos anos 80. Na altura, para se ser campeão era preciso transpor colossos como o 1º de Agosto, Petro de Luanda ou o 1º de Maio. Que o digam a TAAG (actual ASA), Progresso, Chela ou Ferroviário da Huíla! ...

águia, ninguém pode vir ao terreiro atrever-se e dizer que (sempre) acreditou na reviravolta dada pelos actuais campeões nacionais neste Girabola, ultrapassando os então detentores do troféu, o 1º de Agosto. O clube das Forças Armadas Angolanas, que tentava o seu segundo título ininterrupto, chegou a liderar o Girabola com uma diferença de 17 pontos até à última fase da competição, mas deixou-se transpor. O outro grande derrotado foi o Petro de Luanda, um eterno candidato que apostou milhares de dólares para vencer o "Gira", incluindo para a contratação dos "mundialistas" Akwá e João Ricardo. Os "petrolíferos", presididos por Lito, um antigo extremo esquerdo nos seus anos de glória do clube, tirou ainda do "estaleiro" atletas como Yamba Asha, que não disputou a Copa da

Alemanha, acusado de "doping", e Paulo Silva, regressado das Arábias, "comprou" ainda alguns jogadores brasileiros e quase metade da equipa do ASA e o seu ex-técnico, Bernardino Pedroto. De nada valeu a aposta da direcção, pois nem sequer conseguiram arrebatar a Taça de Angola, que teve uma finalíssima inédita: Benfica de Luanda/1º de Maio de Benguela. O único título que o Petro arrebatoou foi o de melhor artilheiro, conquistado pela segunda vez por Manucho Barros, o tal que pretende ingressar no Manchester United. Nos últimos anos, o clube do "eixo-viário", que tem em Jesus a sua maior estrela de sempre, tem sido muito fustigado por falhar redondamente na sua política de aquisição de reforços, quando até possui uma das melhores escolas de formação, jogadores estes

que se vêem apagados, depois de "emprestados".

No futebol angolano, esta prática não é exclusiva do Petro de Luanda, situação que se reflecte na qualidade praticada na prova máxima do futebol angolano. Ainda assim, o Girabola deste ano voltou a ter um despique interessante, exactamente porque só se conheceu o campeão e o último "despromovido" (Académica do Soyo) na extrema jornada.

Os outros relegados à "segundona" foram o Atlético do Namibe e o Juventude do Moxico. Igualmente, em mulheres. Era sinal de que alguma coisa estava a mudar, sem que isso fosse prenúncio de subida de alguma qualidade no futebol praticado.

É que o marketing dos jogos disputados em Luanda, entregue a uma promotora musical, prometia muito.

Além de oferecer prémios, também havia música ao vivo.

Por isso, no aspecto da qualidade, os aficionados carregarão ainda, se calhar, por muitos mais anos, a viva memória dos velhos e melhores tempos.

É que, apesar de alguma valorização material ou financeira de que os futebolistas angolanos da actualidade são bafejados, tardam a aparecer jogadores com dom de um Jesus, Ndunguidi, Maluka, Vicy, Sarmiento, Lufemba, Eduardo Machado, Julião, Arménio, Santinho, Santo António ou Pedro García, entre outros, isso sem se dar o trabalho de recuarmos nos tempos de Joaquim Dinis.

partidas de "cartaz", foi simpático ver entre a moldura humana centenas de mulheres.

Era sinal de que alguma coisa estava a mudar, sem que isso fosse prenúncio de subida de alguma qualidade no futebol praticado. É que o marketing dos jogos disputados em Luanda, entregue a uma promotora musical, prometia muito.

Além de oferecer prémios, também havia música ao vivo.

Por isso, no aspecto da qualidade, os aficionados carregarão ainda, se calhar, por muitos mais anos, a viva memória dos velhos e melhores tempos.

É que, apesar de alguma valorização material ou financeira de que os futebolistas angolanos da actualidade são bafejados, tardam a aparecer jogadores com dom de um Jesus, Ndunguidi, Maluka, Vicy, Sarmiento, Lufemba, Eduardo Machado, Julião, Arménio, Santinho, Santo António ou Pedro García, entre outros, isso sem se dar o trabalho de recuarmos nos tempos de Joaquim Dinis.



Responsáveis do INSS de Moçambique e Angola visitam o SIAC

SIAC arrecadou 310 biliões de Kwanzas em período experimental

Nos balcões das diversas agências que ali funcionam os serviços mais solicitados foram os do Instituto Nacional de Segurança Social com 403 pedidos, da Conservatória do Registo Civil Automóvel com 298 e da Direcção Nacional de Impostos com 265 solicitações.

Segundo a directora do Instituto, Rosa Mícolo, o SIAC funcionou com êxito durante o período experimental de 15 de Julho a 15 de Agosto de 2007.

Destinado a modernizar a administração pública, o SIAC é uma aposta do Governo angolano para tornar a administração pública mais célere e próxima dos cidadãos, integrando num único espaço um conjunto de serviços de interesse.

A obtenção de documentos como o bilhete de identidade, título de propriedade, carta de condução e certificado de registo criminal pode fazer-se neste novo espaço onde também se obtém informações e se faz o encaminhamento de processos para diversos órgãos do Estado. Tutelado pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), conta com uma unidade de serviços empresariais públicos e privados, dependências da EPAL e EDEL para cobranças do consumo de água e energia eléctrica, da ENSA, da TAAG e dos Bancos do Africano do Investimento e de Poupança e Crédito. Está igualmente a funcionar no recinto uma unidade de intermediação de mão de obra, com indicações

Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), localizado em Talatona, Luanda Sul, arrecadou no período de funcionamento experimental, entre Julho e Setembro, 310 biliões 850 mil e 770 kwanzas como resultado do atendimento aos 16.289 cidadãos que requereram serviços.

sobre oferta e procura de força de trabalho. O SIAC permite obter uma série de documentos num mesmo local, como bilhete de identidade que é necessário para a carta de condução, cartão de contribuinte, título de registo de propriedade e outros documentos igualmente indis-

pensáveis ao dia-a-dia dos cidadãos angolanos. O SIAC integra os serviços dos principais Ministérios e órgãos do governo, nomeadamente aqueles que têm registado um afluxo maior de solicitações e processos. As instalações do SIAC contam com diversas empresas privadas de

interesse do cidadão a exemplo das agências de bancos para pagamento de taxas e emolumentos.

De acordo com o *Jornal de Angola*, citando o ministro Pitra Neto do MAPESS, nas províncias onde a demanda dos serviços públicos justificar, serão criadas infra-estruturas com as mesmas características do SIAC caso a proposta apresentada pelo MAPESS seja aprovada pelo Governo.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugurou o SIAC, no início do mês de Setembro, numa cerimónia assistida pelo Presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, o primeiro-ministro, Fernando da Piedade Dias dos Santos, membros do governo e altos funcionários do Estado.



Agência de Emprego



Agência do INSS no SIAC